



**INSTITUTO
FEDERAL**
Piauí

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ
CAMPUS FLORIANO
CURSO CIÊNCIAS BIOLÓGICAS**

MARIA YASMIN CASTELO BRANCO BUENO

**EDUCAÇÃO SEXUAL E OS DESAFIOS NA IMPLEMENTAÇÃO NO CONTEXTO
ESCOLAR: Uma Revisão Integrativa**

FLORIANO-PI

2025

MARIA YASMIN CASTELO BRANCO BUENO

EDUCAÇÃO SEXUAL E OS DESAFIOS NA IMPLEMENTAÇÃO NO CONTEXTO
ESCOLAR: Uma Revisão Integrativa

Trabalho de Conclusão de Curso (artigo científico) apresentado como exigência parcial para obtenção do diploma do Curso de Ciências Biológicas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, Campus Floriano.

Orientadora: Prof^ª. Ma. Maria Olivia Pereira da Silva Martins

FLORIANO-PI

2025

EDUCAÇÃO SEXUAL E OS DESAFIOS NA IMPLEMENTAÇÃO NO CONTEXTO ESCOLAR: Uma Revisão Integrativa

Maria Yasmin Castelo Branco Bueno¹
Maria Olivia Pereira da Silva Martins ²

RESUMO

A Educação Sexual no ambiente escolar configura-se como um instrumento essencial para a promoção da saúde, do respeito às diversidades e da construção da cidadania. Este trabalho apresenta uma revisão integrativa com o objetivo de analisar os principais desafios enfrentados na implementação da Educação Sexual no contexto escolar. Para tanto, foi realizada uma busca por artigos publicados entre 2020 e 1º de maio de 2025 na base de dados Google Acadêmico, incluindo-se 17 estudos para análise e discussão. A revisão apontou obstáculos recorrentes, tais como a ausência de formação específica dos docentes, resistências culturais e institucionais, além da escassez de articulação entre os setores da saúde e da educação. Os dados analisados reforçam a importância de práticas pedagógicas contextualizadas, interdisciplinares e sensíveis à realidade dos estudantes. Conclui-se que a Educação Sexual deve ser compreendida como uma prática educativa contínua e transformadora, essencial para o desenvolvimento integral dos aprendentes e para a construção de ambientes escolares mais inclusivos e equitativos.

Palavras-chave: saúde sexual; desafios; educação sexual.

ABSTRACT

Sex Education in the school environment is an essential tool for promoting health, respecting diversity, and building citizenship. This paper presents an integrative review with the objective of analyzing the main challenges faced in implementing Sex Education in the school context. To this end, a search for articles published between 2020 and May 1, 2025 was carried out in the Google Scholar database, including 17 studies for analysis and discussion. The review pointed out recurring obstacles, such as the lack of specific training for teachers, cultural and institutional resistance, and the lack of coordination between the health and education sectors. The data analyzed reinforce the importance of contextualized, interdisciplinary pedagogical practices that are sensitive to the reality of students. It is concluded that Sex Education should be understood as a continuous and transformative educational practice, essential for the integral development of learners and for the construction of more inclusive and equitable school environments.

Keywords: sexual health; challenges; sexual education.

Data de aprovação: 03/07/2025.

¹ Graduando(a) em Licenciatura em Ciências Biológicas. Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Piauí Campus Floriano. mycbb15@gmail.com.

² Mestra em Biotecnologia em Saúde Humana e Animal. Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Piauí Campus Floriano. maria.olivia@ifpi.edu.br.

1 INTRODUÇÃO

A Educação Sexual nas escolas é reconhecida como um direito fundamental, contribuindo para a saúde, a prevenção de violências e o respeito à diversidade. Contudo, sua implementação enfrenta obstáculos pedagógicos, socioculturais e políticos, sendo um tema ainda cercado por tabus e resistências. De acordo com a UNESCO (2018), programas bem estruturados favorecem atitudes responsáveis, prevenção de ISTs e promoção dos direitos humanos.

Nesse contexto, observa-se, na prática, uma resistência significativa por parte de educadores, famílias e gestores escolares. Isso ocorre apesar dos avanços nas diretrizes estabelecidas pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), que reconhecem a Educação Sexual como tema transversal a ser abordado de forma contínua e contextualizada nas escolas (Brasil, 1998).

Desse modo, os temas transversais são instrumentos pedagógicos relevantes para incentivar transformações nos sujeitos que vivenciam mudanças marcantes na fase da adolescência e juventude. Isso porque envolvem questões urgentes e diretamente relacionadas ao cotidiano desses indivíduos. Além disso, é necessário garantir o acesso a materiais didáticos adequados que contribuam para a compreensão crítica desses temas, promovendo o desenvolvimento integral dos educandos.

Com base nisso, este estudo configura-se como uma revisão integrativa da literatura, com o objetivo de analisar os principais desafios evidenciados na produção científica quanto à implementação da Educação Sexual no contexto do ensino. Assim, a presente pesquisa busca identificar, examinar e discutir os principais entraves apontados pela literatura. Além disso, oferece fundamentos teóricos que possam contribuir para a reflexão crítica sobre a prática pedagógica e a formação docente, com o intuito de fortalecer a efetivação da formação sexual nas instituições escolares.

Diante desse cenário, a presente pesquisa propõe-se a responder à seguinte pergunta norteadora: Quais desafios são evidenciados na literatura sobre a implementação da Educação Sexual no Ensino?

Espera-se que a investigação possibilite a ampliação da compreensão sobre os obstáculos enfrentados no contexto escolar.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A EDUCAÇÃO SEXUAL NO CONTEXTO ESCOLAR

O desenvolvimento das práticas de educação sexual nas escolas começou no início do século XX, tendo como foco o controle epidemiológico. Na época, prevaleciam discursos que eram, em geral, repressivos, ancorados nos pressupostos da moral religiosa e reforçados pelo caráter higiênico das estratégias de saúde pública (Figueiró, 2010; Silva; Bittar e Lopes, 2015).

Com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei nº 9.394/96) e a formulação dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs, a temática da sexualidade passou a ser considerada tema transversal. Segundo os pesquisadores Lins *et al.* (2017), os PCNs orientam que a educação sexual deve ser abordada em todas as disciplinas, atribuindo ao professor um papel central na promoção do comportamento sexual seguro. No entanto, os documentos atuais que norteiam as políticas públicas da educação têm silenciado, de forma expressiva, temas como orientação sexual e sexualidade.

Art. 2º, “a educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Brasil, 1996).

De acordo com Louro (1997) a sexualidade na escola independe da existência de uma disciplina de educação sexual, pois ela se expressa independentemente dos discursos em cada sujeito. Neste processo, o educador é responsável por formar, informar, debater, investigar, promover e refletir sobre vários temas, bem como possibilitar a ampliação do conhecimento do aluno a respeito das diferenças culturais e valores existentes nos vários grupos sociais.

Ademais, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) embora não trate diretamente da sexualidade como um componente específico, promove o respeito à diversidade, a promoção da saúde e a construção de valores. Tais elementos abrem margem para uma abordagem transversal da educação sexual, mesmo que de forma indireta (Brasil, 2018). No entanto, a BNCC homologada em 2017 promoveu retrocessos, excluindo referências explícitas a gênero e sexualidade do Ensino

Fundamental, refletindo a influência de discursos conservadores sobre o currículo escolar (Limia; Cruz e Yared, 2021).

Nesse sentido, a escola também é compreendida como espaço de transformação social, onde se pode combater desigualdades, repensar o patriarcado e desconstruir estereótipos de gênero. Segundo Diana Melo Silva (2020), é nesse ambiente que se aprende que homens e mulheres têm suas diferenças, mas que essas não devem ser determinantes para a definição de comportamentos fora dos padrões culturais de cada época e lugar.

Apesar de a sexualidade ser pouco trabalhada no currículo prescrito, os profissionais da educação, especialmente orientadores educacionais, são constantemente acionados para lidar com questões relacionadas ao tema. Entretanto, muitos se sentem despreparados ou receosos diante da reação de famílias e gestores, o que evidencia a necessidade de uma formação mais crítica e emancipatória para os educadores (Limia; Cruz e Yared, 2021).

A escola, portanto, é um espaço central para a formação integral dos sujeitos, devendo atuar não apenas na construção de saberes cognitivos, mas também na promoção de valores como respeito, responsabilidade e diversidade. A abordagem da sexualidade nesse ambiente, segundo estudos recentes, favorece a autonomia, a equidade de gênero e a prevenção de situações de vulnerabilidade social e de saúde (Griffo *et al.*, 2024; Soster *et al.*, 2022; Almeida, 2024).

Compreender a sexualidade como um fenômeno biopsicossocial e cultural é essencial no contexto educacional. Ensiná-la vai além dos aspectos biológicos, englobando afeto, identidade, valores e relações interpessoais, conforme apontam autores contemporâneos ao analisarem as práticas escolares (Nascimento *et al.*, 2023; Santos *et al.*, 2022).

A literatura recente reforça que a sexualidade, no contexto escolar, deve ser compreendida de forma abrangente, como um fenômeno que integra dimensões biológicas, sociais, culturais e afetivas, sendo atravessada por fatores como identidade, prazer, gênero e poder (Nascimento *et al.*, 2023; Soster *et al.*, 2022; Almeida, 2024).

Apesar dos avanços legais e conceituais, como a inclusão da temática nos PNCs e as diretrizes da BNCC, a efetivação da educação sexual nas escolas ainda enfrenta diversas barreiras que vão desde resistências socioculturais até a falta de formação docente adequada, conforme será discutido a seguir.

2.2 DESAFIOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO SEXUAL NAS ESCOLAS

Embora a relevância da educação sexual seja reconhecida em documentos oficiais e debates acadêmicos, sua efetiva implementação ainda enfrenta inúmeros obstáculos no Brasil. Um dos principais entraves está relacionado às barreiras culturais, religiosas e institucionais que dificultam o desenvolvimento de práticas pedagógicas voltadas para a sexualidade de forma ampla e inclusiva. Neste panorama, a escola, inserida em uma sociedade marcada por tabus e visões conservadoras, muitas vezes reproduz essas limitações, tratando o tema de forma superficial ou até evitando-o (Bittencourt *et al.*, 2024).

Entre os obstáculos mais citados está a insegurança de professoras em abordar o tema em sala de aula, ainda que reconheçam sua importância. Esse receio decorre, em grande parte, da ausência de formação específica para lidar com a temática da sexualidade de forma pedagógica e crítica. Isso gera uma prática descontinuada, marcada por silenciamentos e pela perpetuação do tabu (Silveira; Silva e Souza, 2024).

Outro fator limitante diz respeito à resistência das famílias e comunidades escolares. Muitos pais ainda veem a educação sexual como um incentivo à iniciação sexual precoce, quando, na realidade, evidências apontam que a orientação adequada tende a adiar o início da vida sexual e promover comportamentos mais responsáveis (Lima *et al.*, 2023). Além disso, esse receio parental, frequentemente alimentado por crenças religiosas e morais, acaba por transferir à escola uma responsabilidade que deveria ser compartilhada, entre ambas as esferas. Consequentemente, isso dificulta a construção de um ambiente de diálogo e confiança necessário para uma abordagem eficaz da temática (Carvalho, 2021).

Somado a esse cenário, as desigualdades sociais também interferem nesse processo. Em comunidades mais vulneráveis, a ausência de políticas públicas eficazes, de materiais pedagógicos adequados e de apoio intersetorial entre educação e saúde contribui para a manutenção de altos índices de gravidez na adolescência e infecções sexualmente transmissíveis (Nogueira *et al.*, 2023). Esses fatores, combinados, aprofundam as barreiras à efetiva implementação da educação sexual nas escolas, tornando ainda mais urgente a adoção de medidas concretas que enfrentem essas limitações.

Diante disso, faz-se necessário romper com os padrões de silenciamento e censura que ainda cercam a sexualidade no contexto escolar. A temática sexual deve ser entendida como um direito dos estudantes e como instrumento fundamental para a promoção da saúde, da equidade de gênero, do respeito às diversidades e da construção da autonomia dos sujeitos (Bittencourt *et al.*, 2024).

2.3 ESTRATEGIAS PARA SUPERAR OS DESAFIOS

Para que o ensino da sexualidade seja efetivamente implementado nas escolas, é necessário adotar estratégias que enfrentem os obstáculos apontados. Um dos primeiros passos é a capacitação docente. Essa insegurança, conforme destacam Silveira, Silva e Souza (2024), está frequentemente relacionada à ausência de formação específica sobre o tema, tanto na graduação quanto em momentos formativos ao longo da carreira.

Nessa perspectiva, para superar esse cenário, torna-se urgente a inclusão de conteúdos sobre sexualidade nos currículos da formação inicial e continuada dos professores, possibilitando que eles se sintam aptos a desenvolver um trabalho significativo com seus alunos (Barbosa e Folmer, 2019). A oferta de formações continuadas, com base em referenciais críticos e inclusivos, é fundamental para que os educadores possam abordar a temática com segurança, sensibilidade e embasamento técnico.

Somado a isso, é imprescindível promover a transversalidade da educação sexual no currículo escolar. Isso significa integrá-la às diversas disciplinas, e não como um conteúdo isolado ou opcional. De acordo com Bittencourt *et al.* (2024), essa abordagem favorece a construção de um ambiente escolar mais inclusivo, acolhedor e promotor de direitos.

Nesse mesmo sentido, outro eixo estratégico importante é o fortalecimento do vínculo entre escola e família. Desse modo, a abertura de espaços de diálogo com pais e responsáveis pode ajudar a desconstruir preconceitos, desfazer equívocos e promover maior aceitação da abordagem da sexualidade como parte da formação cidadã dos estudantes (Carvalho, 2021; Lima *et al.*, 2023).

Em complemento a essa ação, destaca-se também a articulação intersetorial com os serviços de saúde, como as Unidades Básicas de Saúde (UBS). Essa parceria pode proporcionar o desenvolvimento de ações conjuntas, como rodas de conversa,

campanhas de prevenção e acompanhamento de casos específicos, promovendo uma rede de cuidado mais eficaz e integrada (Nogueira *et al.*, 2023).

Nesse contexto, o fortalecimento de políticas públicas intersetoriais, como o Programa Saúde na Escola (PSE), também se apresenta como uma alternativa estratégica para enfrentar os desafios da Educação Sexual no contexto escolar. Segundo Fernandes *et al.* (2022), embora o PSE tenha avançado em cobertura territorial desde sua criação, sua eficácia ainda depende de uma gestão compartilhada e de maior articulação entre os setores da saúde e da educação.

Complementando essa análise, Caldas *et al.* (2024) destacam que, quando bem implementado, a política pública do PSE amplia o acesso à informação, favorece ações preventivas e fortalece os vínculos entre a comunidade escolar e os serviços de saúde, embora ainda enfrente desafios operacionais, como infraestrutura insuficiente e sobrecarga dos profissionais envolvidos. Por isso, enfatizam a necessidade de investimentos contínuos, capacitação das equipes e alinhamento das ações com as demandas pedagógicas das escolas para garantir a efetividade do programa.

Portanto, compreende-se que enfrentar os desafios da educação sexual nas escolas exige mais do que diretrizes: requer ações concretas que envolvam formação crítica de professores, diálogo com a comunidade e compromisso institucional. Considera-se, neste estudo, que apenas com estratégias integradas e sustentadas por valores de equidade e respeito será possível promover uma abordagem do tema verdadeiramente transformadora. Com base nessas premissas, as estratégias aqui discutidas refletem, ainda, as evidências emergentes dos estudos analisados nesta revisão.

3 METODOLOGIA

Este estudo configura-se como uma revisão integrativa da literatura, com abordagem qualitativa. Isto é, a revisão integrativa é um método que permite a síntese do conhecimento produzido sobre determinado tema, ao reunir e integrar resultados de pesquisas com diferentes delineamentos metodológicos, proporcionando uma compreensão mais ampla e aprofundada do fenômeno investigado (Souza; Silva e Carvalho, 2010).

Por conseguinte, a condução deste estudo seguiu com as etapas do método de revisão integrativa, conforme descrito por Mendes, Silveira e Galvão (2008), garantindo a sistematização e a confiabilidade do processo analítico. As etapas compreendem: (I) identificação do tema e elaboração da questão de pesquisa; (II) definição dos critérios de inclusão e exclusão; (III) categorização dos dados extraídos; (IV) avaliação crítica dos estudos selecionados; (V) interpretação dos resultados obtidos; (VI) síntese do conhecimento, com organização e apresentação dos achados de forma coerente e fundamentada.

Para direcionar o presente estudo, foi orientada pela estratégia PICO “População, Intervenção, Comparação, Desfecho” (Population, Intervention, Comparison, Outcome - PICO). Segundo Santos, Pimenta e Nobre (2007), essa sistematização permite a delimitação precisa do foco investigativo e otimiza a busca por evidências científicas relevantes. Assim, os elementos foram definidos da seguinte forma:

- P – Estudantes no contexto escolar;
- I – Revisão de literatura sobre a implementação da Educação Sexual;
- C – Não se aplica, por se tratar de uma revisão sem grupo comparativo;
- O – Desafios identificados nas práticas e propostas educacionais.

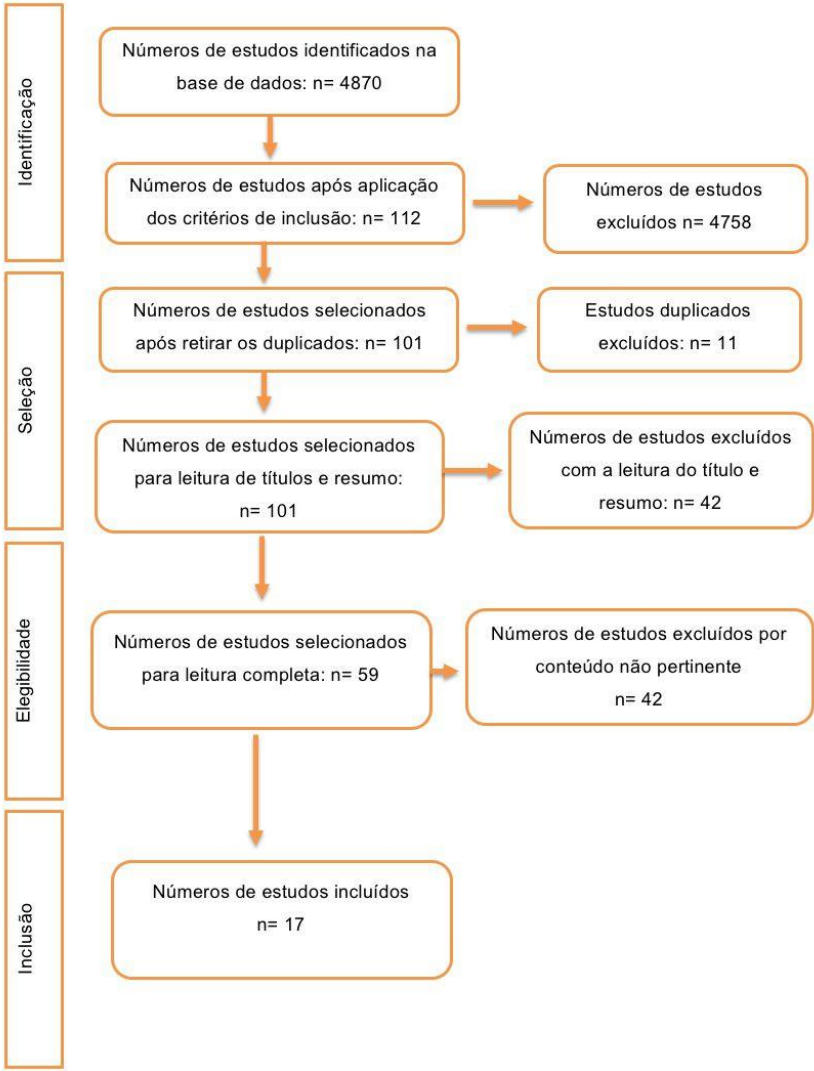
Diante dos aspectos mencionados, definiu-se como pergunta norteadora da pesquisa: Quais desafios são evidenciados na literatura sobre a implementação da Educação Sexual no Ensino? Para respondê-la, a coleta de dados foi realizada na base de dados Google Acadêmico, utilizando-se uma estratégia de busca composta por descritores relacionados diretamente ao tema investigado. Os descritores empregados foram: “Saúde sexual” AND “Desafios” AND “Educação Sexual” AND “Ensino”, estruturados de forma a atender aos critérios da base e aos objetivos da pesquisa. Foram adotados como critérios de inclusão: artigos científicos publicados entre 2020 e 1º de maio de 2025, data em que a coleta dos dados na base de dados foi realizada, redigidos em língua portuguesa, que abordassem especificamente os desafios enfrentados na implementação da Educação Sexual no contexto escolar, com ênfase na relevância temática e adequação metodológica. Excluíram-se artigos

duplicados, resumos, editoriais, dissertações, teses e estudos que não tratassem diretamente do tema ou carecessem de rigor científico.

Além disso, o processo de seleção e análise dos estudos foi conduzido de maneira sistematizada, com base em critérios de elegibilidade previamente definidos. A triagem foi iniciada com a leitura dos títulos dos estudos identificados, sendo excluídos aqueles considerados irrelevantes para a temática ou que se apresentavam de forma duplicada. Na sequência, procedeu-se à análise dos resumos, sendo descartados os trabalhos que não atendiam aos critérios de inclusão ou que não abordavam especificamente os desafios relacionados à implementação da Educação Sexual no ensino. Por fim, os estudos que seguiram para a próxima etapa foram submetidos à leitura completa, sendo excluídos aqueles que não demonstravam aderência ao tema proposto ou que não respondiam de forma efetiva à pergunta norteadora da pesquisa.

Todo esse processo está estruturado com base nas diretrizes do modelo PRISMA (Moher *et al.*, 2009) e é apresentado de forma visual e sistematizada na Figura 1, a seguir:

Figura 1 – Fluxograma da seleção dos artigos incluídos de acordo com a metodologia PRISMA.



Fonte: autoria própria (2025).

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A partir dos estudos incluídos na presente revisão, dos 59 artigos avaliados na íntegra, 17 atenderam aos critérios de inclusão e compõem o corpus desta revisão integrativa, conforme sistematizado no Quadro 1. Esses estudos evidenciam desafios persistentes para a implementação da Educação Sexual no ensino.

Quadro 1- Características gerais dos artigos incluídos na revisão integrativa.

Ordem	Autor(es)/ Ano	Título do estudo	Objetivo do estudo	Tipo do estudo/ Método	Principais resultados/ Desafios apontados
01	Brum (2020)	Educação em saúde no contexto das IST: revisão na literatura sobre conhecimentos e	Avaliar conhecimentos e práticas sobre IST entre jovens e seu contexto educacional.	Revisão de literatura.	Jovens têm pouco conhecimento sobre ISTs; educação sexual negligenciada; pouca ação

		práticas envolvendo jovens estudantes.			preventiva efetiva no ensino formal.
02	Nascimento <i>et al.</i> (2021)	Educação em saúde sobre sexualidade na adolescência: uma revisão integrativa da literatura.	Identificar ações e estratégias educativas voltadas à sexualidade na adolescência.	Revisão integrativa.	Tabus familiares, falta de preparo dos profissionais de saúde e ausência de abordagem sistemática nas escolas; dificuldade em diálogo entre escola, UBS e família.
03	Franco-Assis <i>et al.</i> (2021)	Sexualidade na escola: desafios e possibilidades para além dos PCNs e da BNCC.	Analisar a abordagem da temática sexualidade na educação escolar, realizando uma apreciação desde os PCNs até a atual BNCC.	Revisão de literatura.	Redução da temática na BNCC; ausência em outras áreas curriculares; falta de sistematização e transversalidade da temática.
04	Santos <i>et al.</i> (2022)	Educação em saúde para adolescentes: uma revisão integrativa.	Identificar práticas de educação em saúde com ênfase em saúde sexual e reprodutiva para adolescentes.	Revisão integrativa.	Lacunas na abordagem escolar; papel do enfermeiro como educador; necessidade de integração com contexto social e cultural.
05	Marques dos Anjos <i>et al.</i> (2022)	Atuação da Enfermagem em Ambiente Escolar.	Verificar evidências sobre a atuação do enfermeiro na promoção de saúde em escolas.	Revisão integrativa.	Há carência de formação específica e contínua para profissionais, o que dificulta práticas efetivas de educação sexual nas escolas.
06	Sá & Santana (2022)	O Programa Saúde na Escola e a criação de ferramenta para apoio às ações de prevenção de IST/AIDS.	Identificar a aplicabilidade e formas de abordagem das ações do PSE junto a adolescentes do ensino médio.	Revisão de literatura.	Falta de articulação entre escola e UBS; carência de capacitação dos profissionais; necessidade de mais estudos sobre a prática escolar do programa.
07	Soster <i>et al.</i> (2022)	A educação sexual para o desenvolvimento	Mapear as pesquisas sobre intervenções ou	Revisão integrativa.	Desafios: conservadorismo, desigualdades de

		da agência sexual e cidadania: revisão integrativa da literatura.	programas de educação sexual, por meio de uma revisão integrativa da literatura relativa aos últimos dez anos.		gênero, lacunas temáticas e resistências institucionais; necessidade de ampliar público e abordagens.
08	Dorneles (2022)	Educação sexual nas escolas na dimensão da promoção da saúde: Revisão Narrativa.	Refletir sobre a educação sexual nas escolas na dimensão da promoção a saúde e identificar políticas públicas existentes sobre educação sexual e se têm sido desenvolvidas na escola.	Revisão narrativa.	Lacunas na implementação de programas; falhas na articulação entre propostas ministeriais e execução nas escolas.
09	Nascimento <i>et al.</i> (2023)	Caminhos para a construção dialógica de uma educação sexual para a diversidade: Uma revisão sistemática.	Analisar criticamente ações de educação sexual nas escolas brasileiras.	Revisão sistemática.	Invisibilidade da diversidade; incongruência entre políticas e práticas; necessidade de romper com modelos conservadores e normativos.
10	Alves & Mussi (2023)	Educação sexual e as infecções sexualmente transmissíveis em escolares: Uma revisão integrativa.	Analisar, na literatura científica, o conhecimento dos estudantes sobre as Infecções Sexualmente Transmissíveis e apresentar estratégias de ensino em educação sexual voltadas às Infecções Sexualmente Transmissíveis em escolas da Educação Básica.	Revisão integrativa.	Déficit de conhecimento; necessidade de abordagens pedagógicas eficazes; impacto positivo das intervenções aplicadas.
11	Souza <i>et al.</i> (2024)	Fatores relacionados à gravidez na	Evidenciar os fatores relacionados	Revisão integrativa.	Falta de suporte educacional; ausência de políticas públicas

		adolescência e evasão escolar.	com a gravidez na adolescência e a evasão escolar.		voltadas à permanência escolar de mães adolescentes; necessidade de flexibilização curricular.
12	Pereira <i>et al.</i> (2024)	Desafios e possibilidades da educação sexual nas escolas: uma revisão de literatura.	Compreender as implicações da educação sexual nas escolas, fatores relacionados e apresentar visão geral da temática.	Revisão de literatura	Aponta como desafios: ausência de abordagem integrada, tabu familiar, despreparo docente, currículo limitado, resistência religiosa e conservadora, pouca articulação escola-família, e falha nas políticas públicas.
13	Silva <i>et al.</i> (2024)	O uso de serious games na educação sexual.	Analisar a eficácia dos serious games como estratégia para a educação sexual.	Revisão integrativa.	Aponta desafios como barreiras culturais, falta de tecnologias acessíveis e avaliação de impacto; jogos podem superar métodos tradicionais.
14	Emilianovitch & Scherer (2024)	Atuação do Enfermeiro na Promoção da Saúde dos Adolescentes.	Investigar a atuação do enfermeiro na promoção da saúde dos adolescentes, incluindo sexualidade	Revisão integrativa.	Profissionais têm compreensão limitada das diretrizes sobre sexualidade; falhas de capacitação e pouco espaço institucional para educação sexual nas escolas.
15	Griffo <i>et al.</i> (2024)	Estigma da Sexualidade e seus Efeitos: Uma a revisão da literatura sobre prevenção e violência sexual.	Investigar a produção acadêmica sobre estigmas da sexualidade e sua prevenção no âmbito educacional.	Revisão de literatura.	Ausência de políticas integradas; necessidade de inclusão da educação sexual no currículo; falta de intervenções sistemáticas nas escolas.
16	Almeida (2024)	Educação e saúde sexual entre adolescentes: Uma revisão Integrativa da produção	Investigar a produção científica brasileira recente sobre educação sexual voltada a	Revisão integrativa.	Lacunas na formação dos adolescentes; desconhecimento sobre ISTs; defasagem educacional e

		acadêmica brasileira recente.	adolescentes concentrando os achados produzidos entre os anos de 2011 à 2023.		necessidade de intervenções eficazes.
17	Santana, Soares e Basso (2025).	Educação em sexualidade: panorama, documentos oficiais e impacto na educação brasileira.	Analisar como documentos oficiais guiam a educação em sexualidade no Brasil.	Revisão bibliográfica	Conservadorismo, falta de clareza metodológica, escassez de materiais inclusivos, resistência cultural nas escolas.

Fonte: autoria própria (2025).

Embora esta revisão tenha adotado uma abordagem qualitativa, apresenta-se a seguir uma breve descrição do perfil temporal das publicações incluídas, com o intuito de contextualizar a produção científica sobre a temática investigada. Nesse sentido, observou-se maior concentração de estudos nos anos de 2022 e 2024, sendo 2022 o ano com o maior número de publicações (cinco estudos). Por outro lado, os anos com menor ocorrência foram 2020 e 2025, com apenas um estudo cada. Em relação a 2025, essa limitação está relacionada à data da coleta de dados, realizada em 1º de maio de 2025, o que contribuiu para restringir o acesso a publicações mais recentes.

Ademais, a maior incidência de publicações em 2022 pode estar associada à intensificação de debates sobre saúde e educação no período pós-pandemia, ao passo que a redução em 2020 pode ter sido influenciada pelas dificuldades impostas pelo contexto pandêmico à produção e divulgação científica.

A partir da análise dos conteúdos desses estudos, evidenciam-se desafios recorrentes e estruturais para a efetiva implementação da Educação Sexual no contexto escolar. Entre os principais entraves destacados refere-se à falta de formação adequada dos profissionais da educação, o que gera insegurança, abordagens inadequadas e silenciamento sobre o tema. Essa lacuna é apontada por Brum (2020), Nascimento *et al.* (2021), Franco-Assis *et al.* (2021), Soster *et al.* (2022), Dorneles (2022), Nascimento *et al.* (2023), Souza *et al.* (2024) e Silva *et al.* (2024), os quais reforçam a necessidade de uma formação inicial e continuada que contemple conhecimentos científicos, abordagens pedagógicas e preparo emocional para lidar com a sexualidade no ambiente escolar.

Outro obstáculo amplamente mencionado é a resistência sociocultural presente nas escolas, muitas vezes enraizada em valores conservadores, religiosos e moralistas. Essa resistência interfere diretamente na aceitação e viabilidade da abordagem do tema nas práticas pedagógicas, como destacam Santos *et al.* (2022), Marques dos Anjos *et al.* (2022), Sá & Santana (2022), Emilianovitch & Scherer (2024), Griffo *et al.* (2024) e Santana, Soares e Basso (2025). Em muitos casos, essa oposição parte de famílias, gestores escolares ou mesmo dos próprios professores, gerando um ambiente de medo, censura ou omissão sobre temas ligados à sexualidade, identidade de gênero e direitos sexuais.

Além disso, a ausência de políticas públicas eficazes e de diretrizes claras para a inclusão da Educação Sexual no currículo escolar foi outro ponto recorrente nos artigos. Pereira *et al.* (2024), Alves & Mussi (2023) e Almeida (2024) argumentam que há uma descontinuidade nas políticas educacionais voltadas ao tema, o que fragiliza as iniciativas escolares e gera insegurança jurídica e pedagógica para os educadores. Esses autores apontam a urgência de políticas intersetoriais e sustentadas que reconheçam a importância da Educação Sexual como um direito dos estudantes.

Também, no que se refere aos materiais pedagógicos e à estrutura curricular, vários estudos, como Franco-Assis *et al.* (2021), Silva *et al.* (2024) e Souza *et al.* (2024), sinalizam a escassez de recursos didáticos específicos, atualizados e acessíveis, dificultando o planejamento e a execução de atividades significativas sobre o tema. Uma vez que, a abordagem da sexualidade ainda ocorre de forma transversal, esporádica e sem profundidade nos documentos curriculares, como indicam Nascimento *et al.* (2023) e Emilianovitch & Scherer (2024), comprometendo o desenvolvimento de propostas contínuas e articuladas.

Apesar desses desafios, os estudos também apontam possibilidades e caminhos promissores. A promoção de uma Educação Sexual dialógica, acolhedora e inclusiva é valorizada por diversos autores como estratégia essencial para o enfrentamento de preconceitos e a valorização da diversidade. Marques dos Anjos *et al.* (2022), Pereira *et al.* (2024) e Santana, Soares e Basso (2025) reforçam a importância de práticas que considerem a realidade dos estudantes, estimulem o pensamento crítico e incentivem o respeito às diferenças. Outrossim, a articulação entre saúde e educação, sugerida por Dorneles (2022) e Griffo *et al.* (2024), mostra-se uma alternativa viável para desenvolver ações educativas interdisciplinares, com foco na prevenção e na promoção de direito.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como garantir que a Educação Sexual nas escolas vá além do discurso e se concretize como prática transformadora? Esta revisão buscou lançar luz sobre essa questão, identificando os principais desafios enfrentados na implementação da temática no contexto escolar e revelando a complexidade que envolve sua efetivação. Nesse sentido, as evidências analisadas apontam para a necessidade de políticas públicas efetivas, formação continuada dos docentes e abordagens pedagógicas que considerem as especificidades socioculturais e a diversidade dos sujeitos envolvidos.

Por isso, atuar em contextos educacionais complexos exige postura crítica, sensível e interdisciplinar. Da mesma forma, integrar saberes e dialogar entre áreas é essencial para que a Educação Sexual seja abordada de forma contextualizada. No entanto, apesar do papel estruturante das políticas públicas e dos recursos institucionais, é na prática reflexiva e no compromisso ético dos educadores que reside o potencial de transformação.

A partir dos estudos analisados, algumas alternativas se destacam como estratégias viáveis para superar os desafios identificados: promover a formação inicial e continuada dos professores com ênfase em sexualidade, diversidade e direitos humanos; incentivar o uso de metodologias ativas e recursos didáticos acessíveis e inclusivos; fortalecer a articulação entre escola, família e unidades básicas de saúde. Além disso, incluir de forma clara a Educação Sexual nos currículos escolares, com respaldo legal e pedagógico.

Nesse cenário, o fortalecimento de políticas públicas intersetoriais, como o Programa Saúde na Escola (PSE), é apontado pela literatura como uma alternativa estratégica e promissora. Quando efetivamente implementado, o PSE possibilita a integração entre saúde e educação, favorecendo o desenvolvimento de ações contínuas de Educação Sexual com base nos direitos humanos, na prevenção e no cuidado integral com os estudantes.

Portanto, esta revisão reforça que a promoção da Educação Sexual demanda esforços intersetoriais e a construção coletiva entre saúde, educação e comunidade, além do investimento em formação contínua. Sob essa perspectiva, as abordagens pedagógicas que valorizem a diversidade e fomentem a cidadania são estratégias essenciais para superar os desafios apontados. Assim, a Educação Sexual se configura não apenas como conteúdo curricular, mas como prática educativa ética e

transformadora, contribuindo para a formação integral dos aprendestes e a construção de uma sociedade mais justa, plural e inclusiva.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alice Galvão de. **Educação e saúde sexual entre adolescentes: uma revisão integrativa da produção acadêmica brasileira recente**. 53 f. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Medicina) – Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública, Salvador, 2024.

ALVES, Marcelo Silva; MUSSI, Ricardo Franklin de Freitas. **Educação sexual e as infecções sexualmente transmissíveis em escolares: uma revisão integrativa**. *Cenas Educacionais*, Caetité - BA, v. 6, n. 15715, p. 1–19, 2023.

ANJOS, Jussara Soares Marques dos; PEREIRA, Bárbara da Silva; SILVA, Jéssica Antônia da; GUEDES, Letícia da Silva; LIMA, Letícia dos Santos Coelho; SOUZA, Maria Rita Belizário; BRASILEIRO, Lorrane Rafaela de Souza; PEREIRA, Divinamar; CAMELO, Marina Shinzato; NEVES, Wanderlan Cabral. **Atuação da enfermagem em ambiente escolar: uma revisão integrativa**. *Revista Eletrônica Acervo Saúde*, Gama-DF, v. 15, n. 6, p. 1–11, 2022. DOI: 10.25248/REAS.e10248.2022. Disponível em: <https://acervomais.com.br/index.php/saude/article/view/10248>. Acesso em: 16 maio 2025.

BARBOSA, Letícia Uchôa; FOLMER, Vanessa. **Facilidades e dificuldades da educação sexual na escola: percepções de professores da educação básica**. *Revista de Educação da Universidade Federal do Vale do São Francisco*, v. 9, n. 19, p. 221-243, 2019.

BITTENCOURT, Gabriela Gomes; RODRIGUES, Ana Paula da Silva; PEREIRA, Tainá Santos; LIMA, João Marcos Souza de. **Desafios e impactos da educação sexual nas escolas brasileiras**. *Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences*, v. 6, n. 9, p. 2706–2724, 2024.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: temas transversais – ética, pluralidade cultural, saúde, meio ambiente, orientação sexual**. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.

BRUM, Valquíria. **Educação sexual na escola: contribuições da Psicologia Escolar para a atuação da(o) psicóloga(o)**. 2020. Pag. 1-23. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Araranguá, 2020.

CALDAS, Reinaldo Dias; CASTRO, Graziela Mendes de; DINIZ, Larissa Cândida de Sousa; LEITE, Leonardo Massini Pereira; SAVIOTI DIAS, Ariadne Araújo; SINIMBU, Tibério César Meneses de Oliveira; CALLOU FILHO, Cesário Rui; MARQUES, Daniela Ferreira; SANTOS, Douglas Wallison dos; RODRIGUES JÚNIOR, Urandi João; FURTADO, Síssi Adriane Sá; STIVANIN, Jaqueline Basso; CANSANÇÃO, Joselita Camila Bianor Farias. **Políticas públicas: O papel do Programa Saúde na Escola (PSE) como ferramenta para a integração entre saúde e educação.** *Lumen et Virtus*, São José dos Pinhais, v. 15, n. 39, p. 3296-3304, 2024.

CARVALHO, Josinete Pereira de. **A educação sexual como estratégia para a prevenção da gravidez na adolescência: um olhar a partir da perspectiva da coordenação pedagógica da escola.** 2021. 46 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2021.

DORNELES, Aléxia Vitória Thomé. **Educação sexual nas escolas na dimensão da promoção da saúde: revisão narrativa.** 2022. 22 f. Artigo (Especialização em Gestão de Organização Pública em Saúde) – Universidade Federal de Santa Maria, Sapucaia do Sul, RS, 2022.

EMILIANOVITCH, Mírian Lopes; SCHERER, Carlice Maria. **Atuação do enfermeiro na promoção da saúde dos adolescentes: revisão integrativa da literatura.** *Research, Society and Development*, v. 13, n. 10, p. 1–9, 2024. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v13i10.46984>. Acesso em: 16 maio 2025.

FERNANDES, Lucas Agostinho; SHIMIZU, Helena Eri; PRADO NETO, Priscila Fernandes do; CAVALCANTE, Fabiana Vieira Santos Azevedo; SILVA, Juliana Rezende Melo da; PARENTE, Raphael Câmara Medeiros. **Trajetória dos 15 anos de implementação do Programa Saúde na Escola no Brasil.** *Saúde em Debate*, Rio de Janeiro, v. 46, n. spe3, p. 13-28, 2022.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. **Educação sexual: retomando uma proposta, um desafio.** 3. ed. Londrina: Eduel, 2010.

FRANCO-ASSIS, Greice Ayra; SOUZA, Ediane Eduão Ferreira de; BARBOSA, Adriana Gonçalves. **Sexualidade na escola: desafios e possibilidades para além dos PCNs e da BNCC.** *Brazilian Journal of Development*, Curitiba, v. 7, n. 2, p. 13662–13680, fev. 2021.

GRIFFO, Andréa Fernandez; SILVESTRE, Débora Fernandez Antonon; SILVA, Fabrício Augusto Correia da. **Estigma da sexualidade e seus efeitos: uma revisão da literatura sobre prevenção e violência sexual.** *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação – REASE*, São Paulo, v. 10, n. 10, p. 1161–1175, out. 2024. DOI: <https://doi.org/10.51891/rease.v10i10.15980>. Acesso em: 17 maio 2025.

LIMA, Lucas Vinícius de; PAVINATI, Gabriel; MARCON, Sonia Silva; BALDISSERA, Vanessa Denardi Antoniassi; MAGNABOSCO, Gabriela Tavares. **Educação sexual com adolescentes no contexto familiar à luz da (anti)dialogicidade freireana.** *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, v. 27, n. 6, p. 220-238, 2023.

LIMIA, Ludmila Maccole; CRUZ, Cynthia Regina Dias da; YARED, Mariane Mazzardo. **Sexualidade no contexto escolar: concepções e práticas sobre educação sexual entre orientadoras educacionais.** Recei – Revista de Estudos em Educação e Diversidade, Mossoró, v. 10, n. 1, p. 349–367, jan./jun. 2021. Disponível em: <https://periodicos.apps.uern.br/index.php/recei/article/view/2962>. Acesso em: 17 maio 2025.

LINS, Laís Sandres; SILVA, Luan Airton Marques; SANTOS, Robson Gomes; MORAIS, Tayza Beatriz Duarte; BELTRÃO, Thaís Andrade; CASTRO, José Flávio de Lima. **Análise do comportamento sexual de adolescentes.** Revista Brasileira de Promoção da Saúde, v. 30, n. 1, p. 47–56, 2017.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista.** 11. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MENDES, Karina Dal Sasso; SILVEIRA, Renata Cristina de Campos Pereira; GALVÃO, Cristina Maria. **Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem.** Texto & Contexto Enfermagem, Florianópolis, v. 17, n. 4, p. 758–764, 2008.

MOHER, David; LIBERATI, Alessandro; TETZLAFF, Jennifer; ALTMAN, Douglas G.; THE PRISMA GROUP. **Itens de relato preferenciais para revisões sistemáticas e meta-análises: a declaração PRISMA.** PLoS Medicine, v. 6, n. 7, e1000097, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1371/journal.pmed.1000097>. Acesso em: 17 maio 2025.

NASCIMENTO, Julio Cesar Matias do; BERNARDES, Luzana Mackevicius; FAJERSZTAJN, Lais; SILVEIRA, Orival Silva; CONCEIÇÃO, Lourdes Martins. **Educação em saúde sobre sexualidade na adolescência: uma revisão integrativa da literatura.** Leopoldianum, v. 47, n. 131, p. 237–250, 2021.

NASCIMENTO, Ana Clara Azanha do; KHOURI, Jamille Georges Reis; KAHHALE, Edna Maria Severino Peters; BRAMBILLA, Beatriz Borges. **Caminhos para a construção dialógica de uma educação sexual para a diversidade: uma revisão sistemática.** Revista Diversidade e Educação, Bagé, v. 11, n. 1, p. 257–282, 2023.

NOGUEIRA, Maria José; MARTINS, Alberto MESAQUE; RODRIGUES, Amanda da Rocha; BARCELOS, Samuel Moisés; MODENA, Celina Maria; SCHALL, Virgínia Torres. **Escolas e unidades básicas de saúde: diálogos possíveis e necessários para a promoção da saúde sexual e reprodutiva dos adolescentes.** Saúde em Debate, v. 36, p. 117–124, 2023.

PEREIRA, Beatriz Carneiro; ARAÚJO, Ana Claudia Santos; SANTANA, Bianca Andrade; BASTOS, Harumy Nischiuchi Rocha Lima; SOUZA, Iris Victoria dos Santos; MOTA, Joanne Mara Costa de Lima; SANTOS, Natália de Jesus; SOUZA, Marcio Costa de. **Desafios e possibilidades da educação sexual nas escolas: uma revisão de literatura.** Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação – REASE, São Paulo, v. 10, n. 8, p. 1752–1765, ago. 2024.

SÁ, Maurício Durval de; SANTANA, Zionel. **O Programa Saúde na Escola e a criação de ferramenta para apoio às ações de prevenção de IST/AIDS: uma revisão de literatura.** Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação – REASE, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 130–136, jan. 2022.

SANTOS, Caroline Freire dos; PAULO, Gabriela Ramos de; LIMA, Iago Moreira de. **Educação em saúde para adolescentes: uma revisão integrativa.** 57 f. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Enfermagem) – Centro Universitário São Camilo, São Paulo, 2022.

SANTOS, Cristina Mamédio da Costa; PIMENTA, Cibele Andrucioli de Mattos; NOBRE, Moacyr Roberto Cuce. **A estratégia PICO para a construção da pergunta de pesquisa e busca de evidências.** Revista Latino-Americana de Enfermagem, v. 15, n. 3, p. 508–511, 2007.

SFAIR, Sara Caram; BITTAR, Marisa; LOPES, Roseli Esquerdo. **Educação sexual para adolescentes e jovens: mapeando proposições oficiais.** Saúde e Sociedade, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 620–632, 2015.

SILVA, Celiane Mendes da; BORGES, Tamara Cunha; LEMOS, Filipe José Alves Abreu Sá; MENDONÇA, Ângela Maria Moreira Canuto. **O uso de serious games na educação sexual: uma revisão integrativa da literatura.** Cuadernos de Educación y Desarrollo, Portugal, v. 16, n. 12, p. 1–4, 2024.

SILVA, Diana Melo. **Gênero e orientação sexual na Base Nacional Comum Curricular.** Anais da Educon, São Cristóvão, v. 14, n. 5, p. 1–17, set. 2020. Disponível em: <https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/13781/4/3>. Acesso em: 19 maio 2025.

SILVEIRA, Alcione Januária Teixeira da; SILVA, Ayram Trevenzolli da; SOUZA, Brennda Mencialha Dornelas de Albergaria. **Educação sexual nas escolas: ainda é um tabu? Análise dos desafios e perspectivas atuais.** Pensar Acadêmico, Manhauçu, v. 22, n. 2, p. 279–297, 2024.

SOUZA, Marcela Tavares de; SILVA, Michelly Dias da; CARVALHO, Rachel de. **Revisão integrativa: o que é e como fazer.** Einstein (São Paulo), São Paulo, v. 8, n. 1, p. 102–106, 2010.

SOSTER, Andresa Pinho; FALCKE, Denise; PENNA, Marcela Nunes; OLIVEIRA, Alexandra Maria da Silva. **A educação sexual para o desenvolvimento da agência sexual e cidadania: revisão integrativa da literatura.** Research, Society and Development, São Paulo, v. 11, n. 11, e219111133523, p. 1–20, 2022. DOI: <https://doi.org/10.33448/rsd-v11i11.33523>. Acesso em: 17 maio 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA – UNESCO. **Orientações internacionais sobre educação em sexualidade: uma abordagem baseada em evidências para escolas, professores e profissionais da educação em saúde.** Paris: UNESCO, 2018.